

## EDITORIAL

**Desembargadora Ana Maria Duarte Amarante Brito**

Primeira-Vice-Presidente do TJDF  
e Editora-Chefe da RDJ

O Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios traz aos leitores, operadores do Direito, estudantes, pesquisadores e todos aqueles interessados no saber jurídico o volume 111, n. 2, da RDJ, com artigos científicos inéditos de temas relevantes, selecionados criteriosamente após avaliação realizada pelos pareceristas.

Este primeiro volume foi elaborado com enorme entusiasmo, em razão do grande apreço da Editora-Chefe pela docência e pelo meio acadêmico. Assim, a atual gestão inicia-se com o compromisso de elevar a RDJ ao patamar dos renomados periódicos científicos e de receber uma boa qualificação no processo da Qualis Periódico da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - CAPES.

E já traz uma novidade. Os Enunciados de Súmula aprovados pelo TJDF foram excluídos. Assim, com a publicação exclusiva de artigos científicos, a revista passa a denominar-se Revista de Doutrina Jurídica, mantida a sigla RDJ. Ressalte-se que os citados Enunciados poderão ser consultados no Livro de Súmulas eletrônico, disponível no sítio deste Tribunal.

Ainda com o objetivo de manter a respeitabilidade no meio acadêmico, a atual equipe executiva tem trabalhado para ampliar a divulgação da RDJ e, com isso, receber artigos de alta qualidade que representem a exogenia intelectual pátria.

Como é cediço, os textos enviados por autores de todo o País são submetidos ao método *double blind peer review*, o processo de avaliação realizado por dois especialistas do Direito, com elevada titulação acadêmica, que inviabiliza a identificação da autoria dos articulistas e também preserva o anonimato dos avaliadores.

Para aprimorar a confiabilidade e o alcance das publicações da RDJ, encontra-se em andamento o processo de aquisição de licença do *software* de detecção de plágio e do DOI (*Digital Object Identifier*), para a respectiva atribuição aos artigos publicados. Além disso, aguarda-se a análise da parceria entre o TJDF e o Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT), para

atualização do *software* Open Journal Systems (OJS), atualmente utilizado para realização de todo o fluxo editorial da RDJ.

Acerca dos artigos selecionados, como destaque, trazemos com honra o artigo de Marina Corrêa Xavier, juíza desta Corte, e de Nathanne Monize Costa Silva, intitulado “*Online Disputes Resolution: audiências por videoconferência e o acesso à justiça para as pessoas com deficiência*”. No texto, é examinada a aplicabilidade concreta dos princípios do acesso à justiça, da duração razoável do processo e da isonomia, no contexto da realização de audiências de conciliação por videoconferência com a participação de pessoa com deficiência auditiva. O artigo busca analisar o emprego da videoconferência no TJDFDT em razão das medidas de contenção da pandemia causada pela COVID-19 e as adaptações exigidas para garantia da inclusão das pessoas com deficiência nesse contexto. Perceba-se a atualidade do tema, tanto no que se refere ao momento histórico de pandemia, quanto no que se refere à necessidade de utilização de instrumentos que proporcionem amplo acesso ao sistema às pessoas com deficiência.

Neste número, a RDJ conta com o autor convidado Thiago Sorrentino, Mestre em Direito do Estado, subárea de concentração Direito Tributário, pela PUC/SP, e Doutorando em Ciências Jurídicas pela UAL (Lisboa). O artigo intitulado “Pode o Fisco ajuizar ação para rever decisão administrativa favorável ao contribuinte?” analisa a novel legislação que torna inaplicável o voto de qualidade nas decisões administrativas em matéria tributária. Com a inaplicabilidade, os julgamentos que terminarem empatados na seara tributária passam a ser decididos favoravelmente ao sujeito passivo. O aparente fim do voto de qualidade enseja a especulação sobre o ajuizamento de ações com o objetivo de anular tais decisões, o que perpassa a apreciação de questões relativas à aproximação de duas espécies de legitimidade: a processual e a republicana.

No próximo e atualíssimo artigo, intitulado “Breve comparativo entre o juiz da investigação (Alemanha) e o juiz ‘das garantias’ (Brasil)”, o autor analisa o *Ermittlungsrichter* (juiz da investigação) do Código de Processo Penal alemão e o compara ao novel “juiz das garantias”, introduzido no Código de Processo Penal brasileiro pela Lei Federal 13.964/2019. Ao examinar a repartição das competências, originária e recursal, bem como a competência funcional dos magistrados nos sistemas processuais alemão e brasileiro, o articulista pondera sobre os efeitos e a funcionalidade do juiz “das garantias” na estrutura judiciária pátria.

No artigo “O direito animal brasileiro sob a perspectiva da jurisprudência do TJDFDT”, o autor realiza uma análise da evolução do Direito Animal, ramo este que não se confunde com o próprio Direito Ambiental. O articulista propõe uma análise mediante a identificação de questões demandadas e debatidas no âmbito desta Corte de Justiça.

O artigo seguinte, denominado “Vedação de progressão de regime aos integrantes de organização criminosa”, versa sobre as modificações realizadas na Lei 12.850/2013 e sobre o recrudescimento das punições e da concessão de benefícios aos condenados por integrarem organização crimi-

nosa ou por terem cometido crimes por meio de organização criminosa com a qual ainda mantenham vínculo associativo. A problemática consiste em identificar se a proibição de progressão de regime se assemelha a alguma modalidade de sistema penitenciário, bem como se as referidas mudanças são constitucionais e se respeitam os direitos humanos.

O texto “Autocomposição na Administração Pública em matéria tributária” discorre sobre a importância e a viabilidade de utilização dos meios alternativos de solução de conflitos no âmbito da administração pública, garantindo-se a realização do bem comum e o interesse coletivo.

Em “O princípio da vinculatividade contratual: autonomia existencial e corpórea”, o autor parte do pressuposto do princípio da vinculatividade contratual como um desdobramento imediato da autonomia existencial. Assim, busca demonstrar que as relações internegociais possuem o efeito vinculante apenas quando não houver a objetificação da própria conjuntura humana, sobretudo nos contratos de prestação de serviços médicos que envolvam atos de disposição corpórea, como a supressão permanente de membro ou parte da estrutura física do ser (*wannabes*).

A seguir, o trabalho “A vitimização secundária pela justiça criminal: os casos R v Wagar e Bárbara” discute a vitimização secundária pelo Sistema de Justiça Criminal das mulheres vítimas de crimes sexuais, analisando as sentenças absolutórias proferidas no caso R v Wagar (Corte Provincial de Alberta) e no caso Bárbara (Corte Constitucional da Colômbia, *Sentencia T-126/18*).

Finaliza-se o volume com o artigo “Execução da pena sem o trânsito em julgado da sentença condenatória, STF e recentes alterações legislativas”. O artigo realiza um estudo dos votos dos ministros do Supremo Tribunal Federal, por meio dos métodos qualitativo e quantitativo, para demonstrar que a discussão acerca do tema, ao contrário do que se imagina, não é recente. A coleta de dados se deu por meio de abordagem de mudanças legislativas e decisórias, com análise de julgamentos considerados relevantes, destacando as argumentações mais comuns para ambos os lados. Trata a articulista ainda das alterações legislativas recentes e daquelas que estão em discussão no Congresso.

É importante perceber que a contemporaneidade dos temas e os avanços das discussões apresentadas, do ponto de vista legislativo, doutrinário e jurisprudencial, são grandes diferenciais deste volume, que apresenta trabalhos científicos escritos com grande primor pelos mais diferentes ramos do Direito.

Boa leitura!